

**ILUSTRÍSSIMO DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE
CAMPO GRANDE - MS**

Notificação de Compensação de Ofício n.

2017/158608590973719

Contribuinte:

YVONE DEMARCO MARTINSCPF: **073.549.401-00**

Recebido em 24/10/2017.
De notificação ao contribuinte.
Priscila Mara de Carvalho Nascimento
Matr.: 1718399

**Notificação de Compensação de Ofício nº:
2017/158608590973719**

YVONE DEMARCO MARTINS, brasileira, idosa maior de 80 anos, aposentada, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Física sob nº 073.549.401-00, residente e domiciliada a Av. AFONSO PENA, 1.292, Bairro AMAMBAI – Campo Grande-MS - CEP: 79005-001, por intermédio do seu Responsável Legal, **REINALDO PEREIRA DA SILVA**, brasileiro, casado, Contador, Advogado, inscrito no CRC/MS 6811 e OAB/MS sob o nº. 19.571, vem respeitosamente à presença do ilustríssimo Delegado da Receita Federal de Campo Grande- MS, com fulcro no art. 88, c.c. art. 890, Art. 892 § 2 e §4º do Decreto 3000/99, vem requerer e expressar a discordância da compensação de ofício e imediato pagamento da restituição de imposto de renda do exercício/calendário 2014/2013 e do ano exercício/calendário 2017/2016:

**MANIFESTAÇÃO DA NOTIFICAÇÃO DE
COMPENSAÇÃO DE OFÍCIO Nº: 2017/158608590973719.**

Em decorrência da Notificação de compensação em epigrafe, pelas razões de fato e de direito que passa a expor.

- DOS FATOS:

No ultimo dia 09 de outubro de 2017, recebeu a notificação de compensação de ofício do saldo de imposto de renda a restituir, referente a declaração de imposto de renda do exercício/calendário 2014/2013 e do ano exercício/calendário 2017/2016.

A notificação tem como base legal o Art.73 da Lei 9.430/96, Art. 7º do Decreto-Lei nº. 2.287/96, art. 6º do Decreto nº 2.138/97.

O procedimento de compensação de ofício foi provocado por constar na base dados da RFB – Receita Federal do Brasil, débito tributário em nome da notificada, junto a PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, conforme inscrição nº. 13114001437-04, com exigibilidade suspensa por estar parcelado nos termos do parcelamento especial da Lei 12996/14. Ocorre que o débito tributário desta inscrição, foi regularmente quitado, conforme demonstrado de forma cabal no extrato de inscrição de dívida e Demonstrativos da Dívida Consolidada - Modalidades da Lei nº 12.996/2014, anexo

Desta forma fica demonstrado que não tem sustentáculo a fundamentação legal, pois a notificada não tem débitos tributários perante a RFB e nem perante a PGFN, sendo infundado a compensação de ofício .

Ademais

"Art. 73. **A restituição** e o ressarcimento de tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou a restituição de pagamentos efetuados mediante DARF e GPS cuja receita não seja administrada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil **será efetuada depois de verificada a ausência de débitos em nome do sujeito passivo credor perante a Fazenda**

Nacional. (Redação dada pela Lei nº 12.844, de 2013)

Parágrafo único. Existindo débitos, não parcelados ou parcelados sem garantia, inclusive inscritos em Dívida Ativa da União, os créditos serão utilizados para quitação desses débitos, observado o seguinte: (Incluído pela Lei nº 12.844, de 2013)

I - o valor bruto da restituição ou do ressarcimento será debitado à conta do tributo a que se referir; (Incluído pela Lei nº 12.844, de 2013)

II - a parcela utilizada para a quitação de débitos do contribuinte ou responsável será creditada à conta do respectivo tributo”.

Contudo, a par da fundamentação trazida no Auto de Infração, depreende-se equívocos na penalidade aplicada, o que se demonstra a seguir.

DO DIREITO DO NOTIFICADO:

Vale ressaltar de início que a compensação de ofício ora discutida, podemos assim sumariar: **Trata-se de imposição de compensação de ofício por constar na base de dados da RFB, débito tributários parcelados e já quitado no âmbito da PGFN, porém não foi devidamente extinto na base de dados da RFB.**

Com suporte nos Art. 165, I, da Lei 5.172/66(CTN), cumulado com Art. 85 e 88 do Decreto 3000/99(RIR/99), o contribuinte faz jus ao recebimento da restituição de saldo de declaração de ajuste anual de imposto de renda de pessoa física dos exercícios 2015 e 2016, estando os valores já processados no âmbito da RFB, porém retido em “malha débito” por erroneamente consta débitos já satisfeito pela notificada.

O artigo Art. 85 e 88 do Decreto 3000/99(RIR/99) quanto ao direito do recebimento do imposto a restituir;

“Art. 85. Sem prejuízo do disposto no § 2º do art. 2º, a pessoa física deverá apurar o saldo em Reais do imposto a pagar ou o valor a **ser restituído, relativamente aos rendimentos percebidos no ano-**

calendário (Lei nº 9.250, de 1995, art. 7º)." (grifo e negrito nosso)

.....

"Art. 88. O montante determinado na forma do artigo anterior constituirá, se positivo, saldo do imposto a pagar (art. 104) e, se negativo, valor a ser restituído (Lei nº 9.250, de 1995, art. 13).

Parágrafo único. O valor da restituição referido no caput deste artigo será acrescido de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC, para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir do primeiro dia do mês subsequente ao previsto para a entrega tempestiva da declaração de rendimentos até o mês anterior ao da liberação da restituição, e de um por cento no mês em que o recurso for colocado no banco à disposição do contribuinte (Lei nº 9.250, de 1995, art. 16, e Lei nº 9.430, de 1996, art. 62)". (grifo e negrito nosso)

O CTN dispõe neste mesmo sentido no Art. 165:

"Art. 165. O sujeito passivo tem direito, independentemente de prévio protesto, à restituição total ou parcial do tributo, seja qual for a modalidade do seu pagamento, ressalvado o disposto no § 4º do artigo 162, nos seguintes casos:

I - cobrança ou pagamento espontâneo de tributo indevido ou maior que o devido em face da legislação tributária aplicável, ou da natureza ou circunstâncias materiais do fato gerador efetivamente ocorrido;" (grifo e negrito nosso)

A Declaração de imposto de Renda dos referidos exercícios, já foram devidamente processadas, conforme legislação pertinente, e reconhecido o valor do saldo a restituir, porém retidos em virtude de débitos inexistente do valor os valores dos saldos do saldo a restitui previsto porém a notificada não pode

DA PRIORIDADE DO RECEBIMENTO DA RESTITUIÇÃO:

A notificado goza de prioridade entre os já prioritários(idosos) no recebimento de restituição de imposto de renda da pessoa física, pois a notificada tem mais de 80 anos. O Estatuto do Idoso(Lei 10.743/03), garante expressamente esta prioridade em seu artigo 3º.

Fragmentos do artigo 3º do Estatuto do idoso:

“ Art. 3o É obrigação da família, da comunidade, da sociedade **e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade,** a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

Parágrafo único. **A garantia de prioridade compreende:**

§ 1º **A garantia de prioridade compreende:**
(Redação dada pela Lei nº 13.466, de 2017)

I – atendimento preferencial imediato e individualizado junto aos órgãos públicos e privados prestadores de serviços à população;

II-....

III....

IX – prioridade no recebimento da restituição do Imposto de Renda. (Incluído pela Lei nº 11.765, de 2008).

§ 2º Dentre os idosos, é assegurada prioridade especial aos maiores de oitenta anos, atendendo-se suas necessidades sempre preferencialmente em relação aos demais idosos. (Incluído pela Lei nº 13.466, de 2017)”

No mesmo sentido ratifica o Decreto 9.784/99:

“Art. 69-A. **Terão prioridade na tramitação,** em qualquer órgão ou instância, os procedimentos administrativos em que **figure como parte ou interessado:** (Incluído pela Lei nº 12.008, de 2009).

I - pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos;” (negrito nosso).”

Dispõe o Decreto 7.574/11, que ratifica a ordem de prioridade do recebimento da restituição do imposto de renda, conforme dispões os artigos abaixo:

“Art. 122. A Secretaria da Receita Federal do Brasil disciplinará o disposto nesta Seção, inclusive quanto à fixação de critérios de prioridade para apreciação de processos de restituição, de ressarcimento e de reembolso (Lei nº 9.430, de 1996, art. 74, § 14, com a redação dada pela Lei nº 11.051, de 2004, art. 4º). “

DO PEDIDO E REQUERIMENTOS:

Por todo o exposto, a notificada discordar da notificação de compensação de ofício, pois não estão presentes o fundamento jurídicos necessário para tal ato de ofício.

Requer ainda o imediato pagamento do saldo da restituição da declaração de imposto de renda do exercício/calendário 2014/2013 e do ano exercício/calendário 2017/2016, pois conforme demonstrando, o não pagamento descumpre norma legal de prioridade disposta em legislação específica.

Segue anexo:

- a) Procuração e identificação do procurador;
- b) Extrato e demonstrativo de pagamento PGFN;
- c) Protocolo Perante a PGFN referente a Revisão e/ou extinção de dívida.

Nesses temos,
Pede deferimento.

Campo Grande, 23 de Outubro de 2017.


YVONE DEMARCO MARTINS
p.p.Reinaldo Pereira da Silva



PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: YVONE DEMARCO MARTINS, brasileira, aposentada, portadora da cédula de identidade RG n.º.001389916 SSP/MS, inscrito no CPF sob o n.º. 073.549.401-00, residente e domiciliado à av. Afonso Pena, n.º 1292, centro, CEP: 79005-001 Campo Grande – MS, e **CID ISIDORO DEMARCO MARTINS**, brasileiro, economista, portador da cédula de identidade n.º. 863.571 SSP/MS, inscrito no CPF sob o n.º.238.249.641-04, residente e domiciliado rua Arcenia, n.º.648, bairro Jardim Giocondo Orsi, CEP: 79022-040, Campo Grande-MS.

OUTORGADO: REINALDO PEREIRA DA SILVA, brasileiro, Contador, portador da Cédula de identidade RG n.º. 791.846 SSP/MS, inscrito no CPF sob o n.º. 805.184.431.-91 e no CRC/MS 6811;

ANDRÉ AFONSO VIEIRA, brasileiro, solteiro, portador da cédula de Identidade RG n.º. 908.517 SSP/MS, inscrito no CPF sob o n.º. 715.933.571-68;e

LUIS FERNANDO GONZALES DA SILVA, brasileiro, portador da cédula de identidade RG n.º. 1784683 SSP/MS, inscrito no CPF sob o n.º. 039.916.211-93, todos com endereço comercial à Av. Presidente Ernesto Geisel, 2.417, Vila Afonso Pena Jr, Campo Grande- MS.

FINALIDADE E PODERES:

Através deste instrumento, confere-se ao **outorgado** plenos poderes para, isoladamente, represente a **outorgante** perante o CREA-MS, JUCEMS - Junta Comercial do Estado de MS, RFB - Receita Federal do Brasil, SEFAZ-MS - Secretaria de Estado de Fazenda, Caixa Econômica Federal (FGTS), MPAS (INSS), Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, MTE – Ministério do Trabalho e Emprego, Prefeitura Municipal de Campo Grande - MS, para praticar todos os atos necessários perante os órgãos elencados acima e qualquer outro que se faça necessário, para o bom e fiel cumprimento deste mandato, além do atendimento as obrigações principais e acessórias Federais, Estaduais e Municipais; podendo para tanto, assinar documentos, efetuar pagamentos, parcelamentos, baixa, receber e dar quitação, além de dar entrada e retirar certidões negativas de débito, extratos, DIRF – declaração imposto de renda Pessoa Física, Aidf, alvará, efetuar pesquisas cadastrais e o que mais for necessário para o bom e fiel cumprimento deste. O outorgado Reinaldo Pereira da Silva, já qualificado acima, poderá substabelecer este mandato.

Campo Grande/MS, 08 de agosto 2014.

YVONE DEMARCO MARTINS

CID ISIDORO DEMARCO MARTINS

OFÍCIO 1º TABELIONATO DE NOTAS DE CAMPO GRANDE - MS
FABIO ZONTA PEREIRA - Tabelião
Rua Rui Barbosa, nº 2797 - centro - Fone: (67) 3383.4707

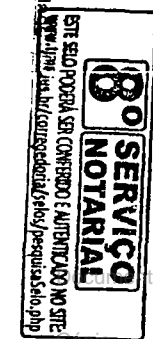
Av. Pre
Grand
agmco
RECONHEÇO A(S) FIRMA(S) POR SEU LUGAR DE: YVONE DEMARCO MARTINS (SELO: ANU71933 - 263)
ESCREVENTE: ENNO RODRIGUES FILHO.
CAMPO GRANDE - MS, 11/08/2014 - CONSULTE: www.tjms.jus.br.
EMUL: R\$ 8,00 - FORTALEC 10%: R\$ 0,60 + ISSQN: R\$ 0,30
FIMANTE: R\$ 10%: R\$ 0,60 - R\$ 7,50

70-20-Sede Própria-Campo
E-mail

VALIDADE: 01 (uma) ANO - O TABELÃO DE NOTAS DE CAMPO GRANDE - MS NÃO SE RESPONSABILIZA POR QUALQUER ATO DE AULTEIRAÇÃO OU TENTATIVA DE FRAUDE

☐ SERVIÇO NOTARIAL - TABELIÃO: HELIO GIUGNI DE OLIVEIRA
Rua Cândido Mariano, 1797 - Campo Grande - MS - Fone: (67) 3383.4707 - CEP: 79005-001
CID ISIDORO DEMARCO MARTINS
Reconheço a Firma por verdade de:

Selo Nº: AHT73166-004
Conforme cartão(ões) N.º(s): 1310
Campo Grande-MS
Em Teste
RITA DE CÁSSIA RAMOS ELIAS - ESCRIVENTE EXTRAJUDICIAL



DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

CATEGORIA: CONTADOR Nº DO REGISTRO: MS-006811/O-8

NOME: REINALDO PEREIRA DA SILVA

FILIAÇÃO: WILSON PEREIRA DA SILVA
MARIA ZELIA DE OLIVEIRA

ASSINATURA DO PROFISSIONAL

NASCIMENTO: 24/08/1976 NACIONALIDADE: BRASILEIRA NATURALIDADE: CAMPO GRANDE-MS

DIPLOMAÇÃO: 16/05/2002 CPF: 805.194.431-91 RG: 791.846.85P-MS

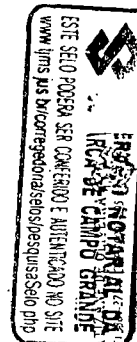
TÍTULO: SACHANEL EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS TÍTULO EXPEDIDO (OU DECL. DE PROVISIONADO): UCDR - UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO

Esta carteira tem fé pública como documento de identidade, nos termos do art. 18 do Decreto-Lei n.º 9.295/46, c/c art. 1º da Lei n.º 6.206/75.

DATA DE EXPEDIÇÃO: 10/07/2017

Rubens Bulgarelli
PRESIDENTE DO CRC

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL



SITUAÇÃO: SERVIÇO NOTARIAL - TABELA: DEBORA C. L. R. - Rua Claudio Marinho, 1797 - Campo Grande - MS - Fone: (51) 3333-1111

Reconheço por autêntica, conforme seu original, esta

cópia fotostática.

Selo Digital: AOL13851-780

Campo Grande-MS, 20/07/2017

LUCAS ANDRADE GAUTO - ESCRIVENTE



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL**

Notificação de Compensação de Ofício

Nº 2017/158608590973719

Senhor(a) Contribuinte,
YVONE DEMARCO MARTINS
CPF: 073.549.401-00

No processamento de sua Declaração do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física, relativa ao exercício 2014 e 2017, ano-calendário 2013 e 2016, foi apurado imposto a restituir. No entanto, em 09/09/2017, foi constatada a existência de débitos no âmbito da Secretaria da Receita Federal do Brasil e/ou da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

A Secretaria da Receita Federal do Brasil fará a compensação de ofício dos débitos vinculados ao seu CPF, inclusive dos débitos objeto de parcelamento, com o valor de imposto a restituir apurado.

Para consultar os débitos e obter informações sobre a compensação ou como impedi-la, acesse a opção *Extrato da DIRPF* no menu *Onde Encontro* do sítio da RFB na Internet, no endereço <<http://idg.receita.fazenda.gov.br>>

Caso discorde dos débitos ou necessite de mais orientações, dirija-se à Unidade da RFB* mais próxima de seu domicílio fiscal, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência desta Notificação, munido de documento que comprove a quitação e/ou suspensão da exigibilidade dos débitos. Na situação de representatividade do contribuinte, junto à RFB, por procurador, este deverá estar devidamente habilitado.

A compensação possibilitará que a declaração siga o fluxo de processamento e que a restituição seja liberada com maior brevidade, se houver saldo remanescente.

Havendo discordância quanto à compensação, sua restituição ficará retida até que os débitos sejam liquidados.

A não manifestação no prazo estipulado implicará concordância com a compensação de ofício.

Base Legal:

Art. 73 da Lei nº 9.430, de 1996; art. 7º do Decreto-Lei nº 2.287, de 1986, e art. 6º do Decreto nº 2.138, de 1997.

EDSON ISHIKAWA

DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL em CAMPO GRANDE / MS

Endereços e horários de atendimento das Unidades da RFB disponíveis no Recelta Fone - número 146, para ligações realizadas no Brasil, ou (+)(55) (11) 3003 0146, para chamadas originadas do exterior, ou no sítio da RFB na Internet, no endereço <http://idg.receita.fazenda.gov.br>, utilizando o menu *Onde Encontro*, opção *Unidades de Atendimento*.

Documento emitido em 01/10/2017.



Ministério da Fazenda
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Recibo do Protocolo

18/10/2017
11:53

IMPORTANTE: O resultado do seu requerimento deverá ser visualizado no e-CAC da PGFN (www.pgfn.gov.br).

Dados do protocolo:

Número do protocolo: 01439082017
Data de Registro: 18/10/2017 11:53
Nome: YVONE DEMARCO MARTINS
CPF / CNPJ: 073.549.401-00
Unidade do protocolo: CAC Campo Grande
Tipo da Dívida: Não Previdenciária
Serviço: Revisão e/ou extinção de dívida

Documentação de Legitimidade:

Documento de identificação: Cópia Conferida com Original

Documentação do Serviço:

Requerimento de revisão e/ou extinção: Cópia Simples

Requerimento(s) Pertencente(s) a este Protocolo:

Requerimento: 20170248386
Unidade da PGFN de entrada do requerimento: MATO GROSSO DO SUL
Inscrição: 13-1-14 001437-04 - 10140 601748/2014-97

Endereço do requerente exclusivo para fins destes protocolos:

Logradouro: AV AFONSO PENA
Número: 1292
Bairro: CENTRO
CEP: 79005-001
Cidade: CAMPO GRANDE
Estado: Mato Grosso do Sul
Telefone 1: (67) 99234-8845
Telefone 2: (67) 3331-5839

Observações:

(prc) Solicitação de quitação da dívida pela lei 12.996

Formulário assinado por:

Nome: REINALDO PEREIRA DA SILVA:80518443191
CPF: 805-184.431-91

Avisos:

Considera-se notificado o requerente no momento do acesso ao resultado do requerimento.

* Para o acompanhamento da situação do protocolo/requerimento e ciência do resultado, o requerente e/ou procurador deverá acessar o e-CAC da PGFN (www.pgfn.gov.br) e, após o login, acessar a opção "Consulta Protocolo/Requerimento", aba "Protocolo/Requerimento".

Documentação apresentada (legitimidade/serviço) com anexo eletrônico.

Ministério da Fazenda
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Histórico do Requerimento na PGFN

24/10/2017
17:08

Número do Requerimento: 20170248386 (Protocolo: 01439082017)

Unidade da PGFN de análise: MATO GROSSO DO SUL

Data de Registro: 18/10/2017

Serviço: Revisão e/ou extinção de dívida

CPF/CNPJ do Requerente: 073.549.401-00

Nome do(s) Requerente: YVONE DEMARCO MARTINS

Situação Atual: Prejudicado

Inscrição(ões): 13 1 14 001437-04 - 10140 601749/2014-97

Data: 23/10/2017 13:18:59

Situação: Prejudicado

Tipo: Prejudicado

Tecor: A conta de parcelamento da Lei 12.936/2014 em nome da interessada encontra-se "LIQUIDADADA". Portanto, deve-se apenas aguardar a comunicação entra os sistemas da PGFN, o que, ao ocorrer, irá baixar automaticamente a inscrição existente em nome da requerente, não cabendo qualquer intervenção manual por parte desta Procuradoria.



20 página(s) autenticado digitalmente.

L.12996-PGFN-DEMAIS
073.549.401-00 - **YVONE DEMARCO MARTINS**

PEDIDO FORMALIZADO EM : **22/08/2014**
OPCAO VALIDADA EM : **22/08/2014**
ORGAO DE JURISDICAÇÃO : **01.401.00**

CODIGO DE ACESSO :
SITUACAO : **LIQUIDADA**
DATA DE LIQUIDACAO : **17/10/2016**

PF1=AJUDA PF3=SAI PF12=VOLTA

Extrato e Demonstrativos da Dívida Consolidada - Modalidades da Lei nº 12.996/2014

Lei 12.996/2014-PGFN – Demais Débitos-Parcelamento
Data da Consolidação: 22/08/2014

Situação: Em Parcelamento

ATENÇÃO:

A dívida consolidada e as amortizações estão demonstradas pelo seu valor em reais na data da adesão à modalidade acima identificada.
 A dívida consolidada está sujeita a alterações de valor decorrentes de inclusões e/ou exclusões de débitos.

Emitido em 17/10/2016 às 16:05:34 (horário de Brasília)

Descrição	Valor (R\$)	
Dívida Consolidada em 22/08/2014		
Valor Sem Reduções	25.895,61	
Valor Com Reduções	18.816,29	
(-) Amortizações Antes da Conclusão da Consolidação	8.954,01	Para o detalhamento das amortizações, clique nos respectivos links ao lado.
Pagamentos - Lei nº 12.996/2014	8.954,01	
(=) Saldo Consolidado em valores de 22/08/2014	9.862,28	
(-) Amortizações Após a Conclusão da Consolidação	7.396,68	Para o detalhamento das amortizações, clique nos respectivos links ao lado.
Pagamentos - Lei nº 12.996/2014	7.396,68	
(=) Saldo da Dívida Consolidada em valores de 22/08/2014	2.465,60	
(+) Juros Acumulados até 17/10/2016 - 27,19%	670,40	
(=) Saldo Devedor em 17/10/2016	3.136,00	

Clique abaixo no link correspondente ao demonstrativo a ser exibido:

- * Demonstrativo de Pagamentos - Lei nº 12.946/2014 - Amortização Antes da Conclusão da Consolidação
- * Demonstrativo de Pagamentos - Lei nº 12.996/2014 - Amortização Após a Conclusão da Consolidação
- * Demonstrativo de Apuração da Prestação Básica
- * Demonstrativo de Prestações

Retornar

Menu

Demonstrativo de Pagamentos - Lei nº 12.996/2014 - Amortização da Dívida Após a Conclusão da Consolidação

Lei 12.996/2014-PGFN – Demais Débitos-Parcelamento

Data da Consolidação: 22/08/2014

Situação: Em Parcelamento

Emitido em 17/10/2016 às 16:11:25 (horário de Brasília)

☐ Ordenar por Data de Vencimento ☒ Ordenar por Data de Arrecadação

Pagamentos da Lei nº 12.996/2014 - Amortização Após a Consolidação:					
Data de Vencimento - DARF	Data de Arrecadação	Código da Receita	Valor Arrecadado	Valores Utilizados para Amortização:	
				da Dívida Consolidada	do Acréscimo de Juros
30/10/2015	26/10/2015	4737	701,88	616,39	85,49
30/11/2015	24/11/2015	4737	708,73	616,39	92,34
30/12/2015	28/12/2015	4737	715,26	616,39	98,87
29/01/2016	26/01/2016	4737	722,41	616,39	106,02
29/02/2016	25/02/2016	4737	728,94	616,39	112,55
31/03/2016	23/03/2016	4737	735,11	616,39	118,72
29/04/2016	20/04/2016	4737	742,26	616,39	125,87
31/05/2016	30/05/2016	4737	748,79	616,39	132,40
30/06/2016	14/06/2016	4737	755,63	616,39	139,24
29/07/2016	28/07/2016	4737	762,78	616,39	146,39
31/08/2016	30/08/2016	4737	769,62	616,39	153,23
30/09/2016	29/09/2016	4737	777,14	616,39	160,75
Valor Total Amortizado Após a Conclusão da Consolidação				7.396,68	

Retornar

Menu

BRASIL Serviços Barra GovBr

Titular do Certificado: 073.549.401-00 - YVONE DEMARCO MARTINS

Sair com Segurança

Atenção: Seu certificado expira em 1 dia.

4 ALZANA - YVONE

Altere o perfil de acesso

Acesse a sua GUINÉ 203510

IRPF - Extrato do Preenchimento

2012

CPF: 073.549.401-00

Nome: YVONE DEMARCO MARTINS

Detalhamento da Compensação do Débito

Data da Compensação	Origem do Débito	Nº da Referência do Débito	Código Fiscal	Modalidade de Exercício	Data de Vencimento / Debitamento	Valor Devidor Atualizado (R\$)	Valor Devidor Original (R\$)	Valor Original Utilizado (R\$)
13/08/2012	Declaração de IRPF	304508897	0211	0000	29/04/2011	18.332,76	-	-
		304508897 - 1ª cota	0211	0000	29/04/2011	-	2.763,24	2.681,19

[Voltar](#)

BRASIL Serviços Barra GovBr

Titular do Certificado: 073.549.401-00 - YVONE DEMARCO MARTINS

Sair com Segurança

Atenção: Seu certificado expira em 1 dia

1ª - ALZAR SERVICO

Alterar perfil de usuário | Acessar a sua caixa postal

IRPF - Extrato do Processamento

2013

CPF: 073.549.401-00

Nome: YVONE DEMARCO MARTINS

Detalhamento da Retenção de Débitos

Data da Compensação	Origem do Débito	Nº de Retenção do Débito	Código de Receita	Período de Apuração / Exercício	Data de Vencimento / Exatidão	Saldo Devedor Prazualizado (R\$)	Valor Total Compensado (R\$)	IRPJ Igual Utilizado (R\$)
06/07/2013	Declaração de IRPF	304508897	0211	0000	29/04/2011	15.638,02	-	-
		304508897 - 1ª cota	0211	0000	29/04/2011	-	3.778,30	3.696,60

[Voltar](#)

BRASIL Serviços Barra GovBr

Titular do Certificado: 073.549.401-00 - YVONE DEMARCO MARTINS

Sua Conta Seguranca

Fl. 18

ALZAR SERVIÇOS

Atenção: Seu certificado expira em 1 dia.

Alterar perfil de acesso

Acesso à sua conta pessoal

IRPF - Extrato do Processamento

2015

CPF: 073.549.401-00

Nome: YVONE DEMARCO MARTINS

Detalhamento da compensação de Débitos						
Data da Compensação	Origem do Débito	Nº do Débito	Código de receita	Período de Apuração Exercicio	Data de vencimento do pagamento	Saldo Devedor Atualizado (R\$)
17/10/2016	Parcelamento Excepcional	942	4737		00/00/0000	3.136,00
						Valor Total Compensado (R\$)
						3.136,00
						IR Original Utilizado (R\$)
						2.618,14

[Voltar](#)

**Ministério da Fazenda****Receita Federal****Parâmetros Informados**

CPF: 073.549.401-00

Contribuinte: YVONE DEMARCO MARTINS

Data de Arrecadação: 01/01/2015 a 29/09/2016

Tipo do Documento: DARF

Código de Receita: Todos

Faixa de Valores: Todos

Observação: A relação abaixo não serve como comprovante de arrecadação.**Arrecadações Selecionadas**

Tipo	Data de Arrecadação	Data de Vencimento	Período de Apuração	Código de Receita	Número do Documento	Valor Total
DARF	29/01/2015	30/01/2015	30/01/2015	4737	10100105361115813	645,12
DARF	25/02/2015	27/02/2015	27/02/2015	4737	10100105378210441	650,92
DARF	30/03/2015	31/03/2015	31/03/2015	4737	10100105401129170	655,97
DARF	30/04/2015	30/04/2015	30/04/2015	4737	10123706269316035	662,38
DARF	29/05/2015	29/05/2015	29/05/2015	4737	10100105443472442	668,24
DARF	24/06/2015	30/06/2015	30/06/2015	4737	10100105460061436	674,34
DARF	27/07/2015	31/07/2015	31/07/2015	4737	10100105483075086	680,94
DARF	28/08/2015	31/08/2015	31/08/2015	4737	10100105507101552	688,21
DARF	29/09/2015	30/09/2015	30/09/2015	4737	10100105528266809	695,05
DARF	26/10/2015	30/10/2015	30/10/2015	4737	10100105546057098	701,88
DARF	24/11/2015	30/11/2015	30/11/2015	4737	10100105567066695	708,73
DARF	28/12/2015	30/12/2015	30/12/2015	4737	10100105591076223	715,26
DARF	26/01/2016	29/01/2016	29/01/2016	4737	10100105611060374	722,41
DARF	25/02/2016	29/02/2016	29/02/2016	4737	10100105633176049	728,94
DARF	23/03/2016	31/03/2016	31/03/2016	4737	10100105655063439	735,11
DARF	20/04/2016	29/04/2016	29/04/2016	4737	10100105675394992	742,26
DARF	30/05/2016	31/05/2016	31/05/2016	4737	10100105704163943	748,79
DARF	14/06/2016	30/06/2016	30/06/2016	4737	10100105718041146	755,63
DARF	28/07/2016	29/07/2016	29/07/2016	4737	10100105759107085	762,78
DARF	30/08/2016	31/08/2016	31/08/2016	4737	10100105791122049	769,62



Usuário: 543.347.561-15 - AGNALDO BARBOSA MECENERO **Lotação:** 0140100 - DRF/CAMPO GRANDE
Perfil: RESTITUI

Sair com Segurança

Visões Gerenciais Operações

Consultar Declarante: Informe o CPF



Declarante

Expandir todos

CPF possui débitos em situação que não permite a emissão da notificação.

Dados do declarante (Base CPF)

CPF: 073.549.401-00 Nome: YVONE DEMARCO MARTINS

IARs em Malha Débito

Exercício Declaração	Nº Declaração	Data Incidência	Data Notificação	IAR Original Disponível (R\$)	Situação	Data Situação	Opera
2014	01/89.315.440	15/04/2017		3.894,18	Aguardando Notificação	15/04/2017	⚠
2017	01/67.525.096	07/05/2017		6.319,39	Aguardando Notificação	07/05/2017	⚠

Débitos

Compensações

Cancelamentos de Compensação

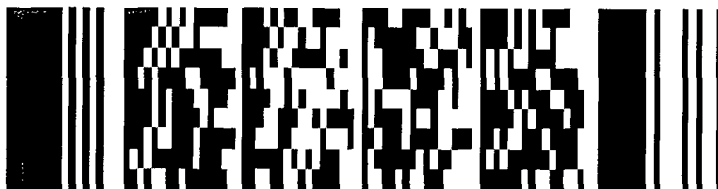
Eventos

Tela Inicial



Ministério da Fazenda
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Impressão de Folha de Rosto para Digitalização

18/10/2017
11:53



EPR17024838604180001001

Dados do protocolo:

Número do protocolo: 01439082017

Nome: YVONE DEMARCO MARTINS

Tipo da Dívida: Não Previdenciária

Data de Registro: 18/10/2017 11:53

CPF / CNPJ: 073.549.401-00

Unidade da Receita Federal: CAC Campo Grande

Serviço: Revisão e/ou extinção de dívida

Documentação de Legitimidade (10 primeiros):

- Documento de identificação

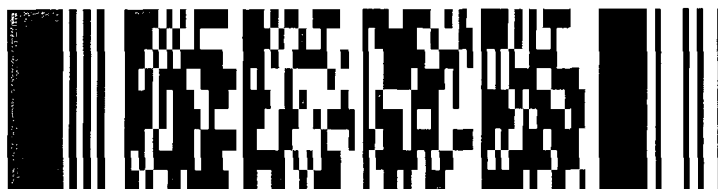
Documentação do Serviço (18 primeiros):

- Requerimento de revisão e/ou extinção

Comentários

Usuário solicitante: _____

Local de trabalho: _____ **Telefone:** _____



EPR17024838604180001001



Ministério da Fazenda

PÁGINA DE AUTENTICAÇÃO

O Ministério da Fazenda garante a integridade e a autenticidade deste documento nos termos do Art. 10, § 1º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001 e da Lei nº 12.682, de 09 de julho de 2012.

Documento autenticado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. Corresponde à fé pública do servidor, referente à igualdade entre as imagens digitalizadas e os respectivos documentos ORIGINAIS.

Histórico de ações sobre o documento:

Documento juntado por PRISCYLA MARA DE CARVALHO NASCIMENTO VITORINO em 24/10/2017.

Documento autenticado digitalmente por PRISCYLA MARA DE CARVALHO NASCIMENTO VITORINO em 24/10/2017.

Esta cópia / impressão foi realizada por REINALDO PEREIRA DA SILVA em 22/02/2018.